



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Registro: 2019.0000157060**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1015442-59.2017.8.26.0562, da Comarca de Santos, em que é apelante ROSEMARY BARRETO LEOPOLDINO, são apelados ELITE GARCENSE TRANSPORTE LTDA ME e EDUARDO AUGUSTO PEREIRA RODRIGUES.

**ACORDAM**, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

**Maria Lúcia Pizzotti**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 1015442-59.2017.8.26.0562  
VOTO Nº 24470

APELANTE: ROSEMARY BARRETO LEOPOLDINO (JUSTIÇA GRATUITA)

APELADOS: ELITE GARCENSE TRANSPORTE LTDA-ME e OUTRO

COMARCA: SANTOS

AÇÃO INDENIZATÓRIA

MAGISTRADO PROLATOR DA DECISÃO: DR. DANIEL RIBEIRO DE PAULA

APELAÇÃO — AÇÃO INDENIZATÓRIA — ACIDENTE DE TRÂNSITO — CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE — CULPA DO CONDUTOR DO CAMINHÃO RECONHECIDA — PENSÃO MENSAL — DANO MORAL DEVIDO

1 - Dinâmica fática comprovada pelo conjunto probatório (prova oral e documental), restando demonstrada a culpa das rés. Violação dos arts. 29, §2º e 39, § único, do CTB;

2 - Pensão mensal por morte no valor de 2/3 da renda mensal comprovada nos autos, a ser paga até a data em que o falecido completaria 72 anos e 6 meses. O pagamento deverá ser feito mensalmente, ressalvadas as parcelas vencidas, que deverão ser pagas em parcela única. A correção monetária incidirá desde o óbito, e os juros moratórios desde o vencimento de cada parcela. Precedentes do E. TJSP e C. STJ;

3 - Dano moral arbitrado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme as peculiaridades do caso.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. Sentença de fls. 164/167, que julgou IMPROCEDENTE a ação indenizatória, condenando a autora a pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, observado o art. 98, §3º, do CPC.

O D. Magistrado *a quo* entendeu não haver provas demonstrando a culpa dos réus no acidente de trânsito.

Inconformado, o réu interpôs recurso de apelação (fls. 157/192).

APELAÇÃO Nº 1015442-59.2017.8.26.0562  
VOTO Nº 24470

Alegou, em síntese, que o caminhão conduzido por um dos réus estava trafegando em velocidade incompatível com o local, invadiu a via preferencial, de modo que os réus são culpados pela morte do ex-companheiro da autora.

Houve contrarrazões (fls. 180/182).

É o relatório.

Trata-se de ação indenizatória movida pela viúva do falecido Sr. Isaque, vítima do acidente de trânsito sob análise nestes autos.

No Boletim de Ocorrência (fls. 18/20), foi lavrada a versão dos fatos dada pelo condutor do caminhão, o réu Sr. Eduardo. Segundo consta, afirmou " *que trafegava com seu caminhão pela r. Rodrigues Alves e ao virar à direita da av. Siqueira Campos, ouviu um grito e sentiu a roda travar, ocasião em que parou o veículo, quando viu que havia atropelado a vítima.* ". O acidente teria ocorrido por volta das 23h.

Houve avaliação clínica do réu, onde se constatou sobriedade (fls. 73/75). Também houve análise toxicológica feita no falecido, cujo resultado foi negativo (fls. 146/147).

A produção de prova testemunhal ocorreu em audiência de instrução, onde foi inquirido o Sr. Rafael Pereira, genro da prima da autora. A testemunha não presenciou o acidente (26s-27s do registro audiovisual). Passou em frente ao local após o acidente, onde presenciou uma aglomeração de pessoas, e encontrou o corpo, já sob uma das rodas do caminhão, assim como a bicicleta do falecido, com a parte traseira avariada (1m-1m24s).

Pois bem.

O recurso merece parcial provimento.

As provas juntadas aos autos são suficientes para reconhecer a culpa do

APELAÇÃO Nº 1015442-59.2017.8.26.0562  
VOTO Nº 24470

condutor do caminhão da ré no acidente. As fotos de fls. 67/72 mostram que o cruzamento da R. Alm Tamandaré (continuação da R. Rodrigues Alves) com a Av. Siqueira Campos é estreitíssimo. O caminhão vinha da Tamandaré e realizou conversão à direita, ingressando na Siqueira Campos, momento em que percebeu ter atropelado a vítima.

Naturalmente, a culpa deve ser a do veículo maior, por força do disposto no art. 29, §2º, do CTB, que determina a responsabilidade do veículo de maior porte (caminhão) pela segurança de menor porte.

Ademais, segundo o art. 38, § único, do CTB, *"durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas"*. O condutor do caminhão não cedeu a preferência ao ciclista, culminando no acidente fatal.

A bicicleta teve sua parte traseira avariada, conforme narrativa da testemunha inquirida, indicando que o caminhão foi quem colidiu com a bicicleta, e não o contrário. Aliás, a testemunha passa todos os dias pelo cruzamento em questão (2m01s-2m03s) e afirma que *"ali tem acidente direto"* (1m33s-1m36s), pois *"ali é entrada e saída de caminhão; ali é um cruzamento muito perigoso"* (1m39s-1m43s). Deduz-se, então, que não se trata de um acidente extraordinário, corroborando com a tese da culpa, pois, se ali é um local conhecido por acidentes, a atenção do condutor do caminhão deveria ser redobrada.

Portanto, reconhecida está a culpa das rés no caso, de forma que devem ser condenadas solidariamente (CC, arts. 932, III e 942, § único) ao pagamento das indenizações descritas a seguir.

Consequentemente, as rés devem pagar à autora, viúva, a pensão mensal prevista no art. 948, II, do Código Civil. O valor mensal deve ser 2/3 (dois terços) da renda mensal (cf. AC nº 0001158-57.2013.8.26.0480, Rel. Des. Dimas R. Fonseca, DJu 12.7.2016) comprovada pelo documento previdenciário de fls. 25 (R\$ 1.577,20), a ser paga até a data em que o falecido completaria 72 anos e 6 meses (setenta e dois anos e seis meses), conforme atual expectativa de vida estimada pelo IBGE (cf. <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2018/11/29/expectativa-de-vida-do-brasileiro-ao-nascer-foi-de-76-anos-em-2017-diz-ibge.ghtml>, acessado em 13.2.2019, às 15h29). O

APELAÇÃO Nº 1015442-59.2017.8.26.0562  
VOTO Nº 24470

pagamento deverá ser feito mensalmente, porque, conforme jurisprudência do C. STJ (cf. REsp 1.230.007/MG, Rel. Min. Castro Meira, DJu 17.2.2011), a previsão do § único do art. 950, do Código Civil, não se estende à hipótese em que há morte da vítima, ressalvando-se as prestações vencidas, que, obviamente, devem ser pagas de uma única vez. Cada parcela deve ser corrigida mensalmente e acrescida de juros moratórios a partir do evento danoso.

As despesas com funeral não foram comprovadas, de modo que as rés não podem ser condenadas a pagá-las.

A indenização por dano moral, levando-se em consideração a idade do falecido (55 anos), a capacidade econômica das rés (empresa de transportes e condutor do caminhão), a fatalidade do evento (morte de indivíduo), e a repercussão no âmbito moral da autora (viúva da vítima), deve ser arbitrada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com correção monetária desde o arbitramento (Súmula 362 do STJ, publicação do v. Acórdão) e com juros moratórios a partir do óbito (Súmula 54 do STJ, data do acidente).

Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso de apelação, reformando a r. Sentença para julgar a ação PARCIALMENTE PROCEDENTE, condenando as rés solidariamente ao pagamento de (i) pensão mensal à autora, no valor de 2/3 (dois terços) da renda mensal do falecido (R\$ 1.577,20), até a data em que o falecido completaria 72 anos e 6 meses (setenta e dois anos e seis meses), com acréscimo de correção monetária desde o evento danoso e com juros moratórios a partir do vencimento de cada parcela, ressalvando-se que as parcelas vencidas até a data do trânsito em julgado do v. Acórdão deverão ser pagas uma única vez, e as demais, mensalmente; (ii) indenização por danos morais, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com correção monetária desde a publicação do v. Acórdão e com juros moratórios a partir do óbito.

Por força da inversão do ônus sucumbencial, condeno as rés solidariamente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

*Maria Lúcia Pizzotti*  
*Relatora*